

Apresentação

Márcia Cristina Barreto Fernandes de Abreu

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

Kaled Sulaiman Khidir

O presente Dossiê é uma publicação da *Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia pedagógica*, periódico do Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática Desenvolvimental e Profissionalização Docente (GEPEDI) e do Programa Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), tendo como temática a Psicologia Pedagógica em interface com estudos socioantropológicos numa perspectiva Histórica e Cultural, com foco nas temáticas: Povos originários e comunidades tradicionais; Relações e identidade(s) de gênero; Relações étnico-raciais, Culturas e Matrizes religiosas, Educação em espaços não escolares; Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos – EJA; e Juventudes.

Os trabalhos circunscritos acerca dos Povos originários e comunidades tradicionais tratam sobre as populações quilombolas e os povos indígenas, dentre outros, que se constituem por um modo de vida particular, permeado de valores ancestrais que organizam sua cultura, religião, produção econômica, educação e organização social, conforme a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades (BRASIL, 2007). Ressalta-se que a cosmovisão dessas comunidades, em sua origem, apresenta outra lógica de contato, fruição e utilização dos recursos naturais, em contraponto às perspectivas de uma sociedade capitalista.

As pesquisas que tratam sobre as Relações e identidade(s) de gênero compreendem gênero como uma construção sociocultural e, portanto, evidenciam que as relações identitárias não se restringem a uma concepção binária (homem/mulher), amparadas no sexo biológico. A partir dessa compreensão, é necessário refletir e problematizar os valores reproduzidos por meio das práticas escolares que acabam por reforçar comportamentos, estereótipos e modelos do que é ser menino e menina, homem e mulher difundidos socialmente.

As análises produzidas no campo das Relações étnico-raciais constituem-se por tratar de questões relacionadas à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, em consonância com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e seus desdobramentos, como a identidade étnico-racial, a valorização das culturas, das histórias e saberes de indivíduos que, historicamente, foram inferiorizados. Essas relações também impactam o ambiente escolar que pode ser reforçador de práticas pedagógicas que discriminam ou pode se fundamentar em ações que valorizam as especificidades culturais e a condição humana de todos os estudantes, independente de suas características.

As produções vinculadas às Culturas e Matrizes religiosas tratam de questões da ancestralidade e das religiosidades de matrizes africanas, afro-brasileiras e indígenas, assim como de práticas sagradas que tenham relação com a herança judaico-cristã ou outras formas de lidar com o transcendente. Neste eixo, destacam-se pesquisas que valorizem a liberdade de professar a fé, bem como defendam a laicidade do Estado, de modo a estabelecer interlocução com a diversidade religiosa existente no Brasil.

Os conhecimentos construídos sobre a Educação em espaços não escolares configuram-se, muitas vezes, como educação não formal, que ocorre em instituições extra-escolares e revelam novas possibilidades de se organizar os processos educativos. Considerando-se que a educação não ocorre apenas nas instituições de ensino, pois não se limita a um ambiente específico, verifica-se a relevância de se pesquisar outros fazeres pedagógicos, cujas intencionalidades podem propiciar desenvolvimento e aprendizagem aos sujeitos envolvidos.

As publicações na área de Educação Especial e Inclusiva caracterizam a

Educação especial como uma modalidade de educação que deve oferecer atendimento educacional especializado aos estudantes que apresentam deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, desde o início na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica. Este atendimento ocorrerá mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, promovendo acessibilidade e recursos necessários para uma educação de qualidade para todos. Salienta-se que a história da educação especial remonta ao século XVII, enquanto a perspectiva inclusiva que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática de todos os estudantes, sem exceção, é defendida a partir dos anos 1990 no Brasil. E, como aporte teórico, Vygotsky (1995) nos brinda com Tratado de Defectologia produzido a partir das atividades teóricas, metodológicas, institucionais e clínicas desenvolvidas no Instituto Experimental de Defectologia, que buscaram a construção de conhecimentos acerca da organização das funções psicológicas das condutas das pessoas com déficit.

As pesquisas com enfoque na Educação de Jovens e Adultos evidenciam a EJA como uma modalidade de ensino que se dirige a esses dois grupos (jovens e adultos), como também aos idosos, matriculadas no Ensino Fundamental e Ensino Médio. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito subjetivo, o que possibilitou democratizá-la a todas as pessoas que, historicamente, não tiveram acesso à escola ou foram impossibilitadas de prosseguir com os estudos. Nessa perspectiva, essa modalidade de ensino constitui-se por pessoas que têm vivências e experiências significativas e precisam ser percebidos como “sujeitos de conhecimento e aprendizagem” (OLIVEIRA, 2007).

Os trabalhos dedicados às Juventudes tratam de um grupo específico que são os jovens, sujeitos únicos que passam por uma fase específica do desenvolvimento humano, advindos/as de culturas e contextos sociais diversos. Por isso, a psicologia de abordagem histórica e cultural compreende a juventude como identidade social que resulta das relações sócio históricas culturais. A juventude caracteriza o auge do desenvolvimento das funções psicológicas, propriamente humanas. Porém, a estrutura psíquica do jovem se encontra instável, indefinida, fluida e transformadora (VYGOTSKY, 1996).

O artigo intitulado *O ensino da matemática na educação infantil indígena Kaingang no Paraná* das autoras Luciana Regina Andrioli e Adriena Silva Oliveira apresenta uma discussão acerca do ensino de Matemática no contexto da educação infantil indígena Kaingang no Paraná, destacando o aprendizado da Matemática a partir dos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, com o objetivo de refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento e o processo de ensino e aprendizagem significativos. Por meio de pesquisa bibliográfica e empírica, para as autoras, foi possível perceber que os estudos são incipientes sobre a temática proposta, apesar de ser um tema relevante. Destacam ainda que a organização do ensino de Matemática na educação infantil indígena como um componente curricular imprescindível, pois os conhecimentos matemáticos favorecem o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças Kaingang, bem como possibilitam o melhor desempenho dos indígenas na sociedade que estão inseridos, com as lutas e conquistas relacionadas à terra e garantias legais.

No artigo *Educação do Campo e Formação de Educadores na Perspectiva do Ensino Desenvolvimental: Por uma Educação Crítica e Emancipatória aos Povos do Campo* das autoras Solange Martins Oliveira Magalhães e Silvia Adriana Tavares Moura apresentam um estudo teórico pautado na perspectiva do Ensino Desenvolvimental e na abordagem Histórico-Cultural, objetivando identificar princípios epistemológicos que sustentam uma concepção de Educação do Campo, bem como de formação de seus professores, capaz de materializar uma educação alternativa, crítica e emancipatória aos povos do campo. Sustentam-se três focos de discussão e reflexão: a) marco histórico da Educação do Campo, influências neoliberais; b) marcos legais da formação de educadores do campo frente ao agravamento da influência neoliberal em tempo de Pandemia Covid-19; e c) a contribuição da perspectiva do Ensino Desenvolvimental para a proposição de uma concepção de Educação do Campo, pública, gratuita e de qualidade social. Os princípios epistemológicos identificados fortalecem a *Obutchénie* como processo responsável por um sistema de organização e métodos que asseguram a apropriação da experiência socialmente formada, promovendo mudanças

qualitativas no desenvolvimento mental dos sujeitos, logo nas possibilidades de emancipação e transformação social.

Rel(ações) raciais e pesquisa-intervenção: um percurso de formação continuada é um artigo, no qual os autores Maria Gabriela Neves, Orlando Afonso Camutue Gunlanda e Allan Henrique Gomes apresentam os resultados de uma pesquisa-intervenção com trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de uma cidade no sul do Brasil que teve o objetivo de investigar suas perspectivas acerca das relações étnico-raciais nos seus contextos de atuação profissional. Foram realizados três encontros na modalidade de oficinas estéticas com discussões sobre as relações étnico-raciais. Como resultados da pesquisa, discute-se o percurso realizado com as trabalhadoras, enfatizando a formação continuada como possibilidade de construção de saberes que tensionam as relações étnico-raciais. Para os autores, outro resultado refere-se aos recursos metodológicos dessa pesquisa-intervenção, pois se mostraram potentes no encontro com as/os trabalhadoras/es participantes. Por fim, a pesquisa justificou a necessidade de criação de mais espaços de discussão e formação continuada de profissionais sobre as relações étnico-raciais e suas configurações no contexto das políticas públicas.

No artigo *Relações entre cultura popular e educação escolar: reflexões a partir de uma pesquisa bibliográfica* os autores Bruno Augusto da Silva Faria, Flávia da Silva Ferreira Asbahr elucidam como a cultura popular tem sido identificada e conceituada na seara da educação escolar. A partir do levantamento bibliográfico realizado nas plataformas *Scielo*, Banco de Teses da CAPES e Banco de Teses da USP, selecionamos vinte textos para leitura e análise. Como resultados da investigação: identificamos a contextualização da disputa do termo *cultura* no campo da educação; analisamos a categoria de universalidade para a teoria marxista e seu papel à educação escolar (DUARTE, 2006); encontramos críticas ao marxismo e reflexões importantes sobre o termo *popular* a partir de Domingues (2011), Hall (1996 e 1997) e Thompson (1998). Por fim, os autores levantam alguns apontamentos críticos para pensar os conteúdos essenciais da educação na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural e da

Pedagogia Histórico-Crítica; sobretudo, a necessidade de pautar o racismo epistemológico e as contribuições de grupos sociais marginalizados.

O tratado de defectologia e a constituição de conceitos permeiam o artigo *Abordagem socioantropológica da surdez, Língua de Sinais e Educação Bilíngue: Uma perspectiva histórica e cultural* da autora Márcia Cristina Barreto Fernandes de Abreu o qual trata da abordagem socioantropológica da surdez, com o intuito de defender a tese de que o desenvolvimento da atividade simbólica na surdez demanda o acesso à Cultura Surda e à Língua de Sinais, características específicas da comunidade surda, sendo a família e a escola os espaços privilegiados para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem nas pessoas surdas. Apresentando ao final informações coletadas em entrevistas com uma estudante surda, Iara (nome fictício), de 13 anos, concluinte do Ensino Fundamental em uma escola pública que comprovam a eficiência da Libras na constituição dos conceitos na pessoa.

As autoras Maria Célia Borges, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Luhany Erleide Ponciano no artigo *O Ensino Desenvolvidor e a Intervenção Pedagógica na visão sócio-histórica – o PDI como instrumento mediador indicam a teoria sócio-histórica e o ensino desenvolvidor*, pela intervenção pedagógica tendo o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), como instrumento mediador. A avaliação diagnóstica indica o nível de desenvolvimento real do estudante, orientando a intervenção na zona de desenvolvimento próxima para, em seguida, alcançar o desenvolvimento potencial do educando.

O trânsito entre diferentes etapas de ensino (educação infantil e ensino fundamental), bem como modalidades específicas (educação do campo e educação especial e inclusiva), culturas distintas (indígena, popular, étnico-racial e surda), e diferentes espaços de análise, escolares ou não, evidenciados nas pesquisas sintetizadas nesta Apresentação, possibilitam vislumbrar as significativas contribuições do diálogo da teoria Histórico e cultural com diferentes temáticas, tendo em vista o contexto vivenciado nas primeiras duas décadas do século XXI.

Sublinha-se, contudo, que alguns eixos propostos neste Dossiê não tiveram artigos submetidos: Relações e identidade(s) de gênero, Culturas e Matrizes religiosas, Educação de Jovens e Adultos e Juventudes, sendo necessário

problematizar o que essas “lacunas” podem indicar, principalmente, para o campo da Didática Desenvolvimental e a Psicologia Pedagógica. Ainda, há outros eixos em que há maior concentração de trabalhos, como as Relações étnico-raciais e Educação Especial e Inclusiva, indicando uma tendência de análises que tratam sobre os grupos, historicamente, subalternizados e excluídos.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 nov. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. *Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206040&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.040%2C%20DE%207.que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

OLIVEIRA, M. K. de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: FÁVERO, O.; IRELAND, T. D. (org.). *Educação como exercício de diversidade*. Brasília: UNESCO; MEC; ANPEd, 2007. p. 61-84.

VIGOTSKI, L. S. *Fundamentos de Defectologia*. Obras Escogidas. Tomo. V. Madrid: Visor, 1995.

VYGOTSKY, L. S. *Psicología infantil*. Obras Escogidas Tomo IV. Tradução Lydia Kuper. Madrid: Visor, 1996.